

Cardoso, Fernando Henrique

Senso de autoridade

O presidente eleito Fernando Henrique Cardoso já havia dado, em sua passagem pelo Ministério da Fazenda, uma demonstração de sua capacidade de negociador, de sua disposição para ouvir todas as correntes de opinião e conciliar os diversos interesses num projeto comum, como foi todo o processo de preparação e aprovação do programa de estabilização econômica do governo Itamar Franco, por ele liderado. Não temos a menor dúvida de que foi essa virtude — que tornou possível o sucesso do Plano Real — a principal razão de sua tranqüila eleição para a Presidência da República ainda no primeiro turno.

De um presidente da República, no entanto, exige-se mais do que esse exercício de infinita paciência política: exige-se uma perfeita noção de sua autoridade e uma disposição permanente para exercê-la. Como definiu o próprio Fernando Henrique Cardoso no longo pronunciamento que fez na quarta-feira para apresentar seu ministério, “presidente que não ouve, não serve; mas presidente maria-vai-com-as-outras também não serve”.

E essa demonstração que estava ainda devendo à sociedade brasileira Fernando Henrique deu nesse dia, ao justificar, um por um, os nomes que escolheu para o Ministério e para alguns postos-chave no primeiro escalão da administração federal. Mesmo quando o nomeado não foi aquele que ele realmente gostaria de ter escolhido, porque “as questões políticas muitas vezes não permitem que se faça as coisas de acordo com o figurino preestabelecido”, Fernando Henrique assumiu publicamente a responsabilidade pelas nomeações, sem tergiversações e sem desculpas.

Outro momento em que o senso de autoridade do presidente eleito ficou patente foi quando, na apresentação da equipe econômica, que, por motivos óbvios, ele fez questão que fosse mais longa e mais minuciosa, FHC delimitou os espaços dos ministros da Fazenda e do Planejamento e avisou que o chefe da equipe econômica será Pedro Malan.

Nessa mesma linha está a indicação do futuro chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, que nem “alrunha” de ministro terá, como “meu segundo homem”. A Carvalho está reservado o importantíssimo papel de coordenar as ações do governo, juntar ministérios para soluções dos problemas afins e de cobrar dos ministros, em nome do presidente, a execução dos projetos de suas áreas e o cumprimento das metas estabelecidas.

E quem não se enquadrar dentro das normas estabelecidas, seja por inapetência, seja por incompetência, seja por rebeldia, já sabe: perde o emprego. “Torrerei para que seja um ministério de quatro anos, mas se não forem capazes serão substituídos” — avisou o presidente eleito.

Essencial para o exercício da autoridade presidencial é a nova função dada à Casa Civil, até agora um órgão que administrava o Palácio do Planalto e fazia as articulações políticas com o Congresso e os partidos em consonância com o Ministério da Justiça. Com a nova fórmula, Fernando Henrique Cardoso retoma duas experiências bem-sucedidas de governos anteriores.

O trabalho de coordenação governamental, para que os esforços e os recursos de vários ministérios não se percam em ações atabalhoadas, muitas vezes coincidentes, é o mesmo que exerceu com ótimos resultados o hoje deputado Roberto Campos, como ministro do Planejamento do governo Castelo Branco.

E com a criação dessa função de “gerente de projetos e programas”, em moldes um pouco diferentes, ele repetiu o que havia no governo Juscelino Kubistchek: dois grupos de trabalho que vigiavam e combatiam a natural inércia burocrática.

Até hoje, dado o gigantismo da administração federal e a acomodação da burocracia, o presidente da República não tinha como controlar a execução das políticas do governo.

Com Fernando Henrique Cardoso a Presidência da República retoma sua autoridade e sua capacidade de governar o governo.